

PODER LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Nº 15/2019

AUTORES:DEPUTADO RICARDO ARRUDA

EMENTA:

ALTERA A LEI Nº 17.422, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O CONTROLE ÉTICO DA POPULAÇÃO DE CÃES E GATOS NO ESTADO DO PARANÁ.

PODER LEGISLATIVO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI

Nº: 15/2019

AUTORES: DEPUTADO RICARDO ARRUDA

EMENTA:

ALTERA A LEI Nº 17.422, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE
DISPÕE SOBRE O CONTROLE ÉTICO DA POPULAÇÃO DE CÃES E GA-
TOS NO ESTADO DO PARANÁ.

PROTOCOLO Nº: 99/2019



00081565



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 15/2019

Altera a Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

Art. 1º Altera a ementa da Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a comercialização e o controle ético da população de cães e gatos.

Art. 2º Acresce o inciso VI ao art. 2º da Lei nº 17.422, de 2012, com a seguinte redação:

VI – comércio de animais. (NR)

Art. 3º Acresce o art. 3ºA à Lei nº 17.422, de 2012, com a seguinte redação:

Art. 3ºA Cabe aos proprietários de criadouros a identificação e o registro dos animais sob sua responsabilidade.

§1º Os criadouros devem possuir alvará de funcionamento expedido pelo órgão competente do Município onde estão estabelecidos.

§2º Os criadouros devem manter relatório dos animais comercializados, permutados ou doados, pelo período mínimo de cinco anos.

§3º Os animais adquiridos pelos criadouros devem estar identificados no relatório a que se refere o parágrafo anterior.

§4º Os responsáveis pelos criadouros devem requerer o seu cadastramento junto ao órgão municipal competente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

§5º Os criadouros devem ter um responsável técnico veterinário, inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. (NR)

Art. 4º Acresce o art. 3ºB à Lei nº 17.422, de 2012, com a seguinte redação:

Art. 3ºB Os animais comercializados devem ser previamente esterilizados e microchipados.

§1º Os animais comercializados, doados, ou permutados devem ter no mínimo sessenta dias de vida, período que corresponde ao desmame.

§2º A comercialização de animal não esterilizado é permitida desde que seja para outro criador legalizado.

§3º Durante a exposição é vedado o contato dos frequentadores com os animais.

§4º O período máximo de exposição de cada animal é de seis horas, a fim de resguardar o seu bem-estar, a sua sanidade, bem como a saúde e segurança públicas.

§5º Na transação de venda é obrigatória:

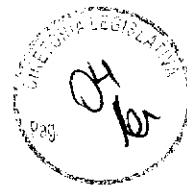
I – a emissão de nota fiscal contendo o número do microchip de cada animal, bem como a etiqueta contendo o código de barras do respectivo microchip;

II – o comprovante de controle de endoparasitas, de ectoparasitas e de vacinação regular;

III – o comprovante de esterilização assinado por médico veterinário com o número do CRMV legível.

§6º Os estabelecimentos devem manter banco de dados, eletrônico ou físico, relativo ao plantel, contendo informações de nascimentos, óbitos, vendas, doações e permutas dos animais, bem como informações dos compradores ou dos beneficiários das permutas ou doações, por período não inferior a cinco anos. (NR)

Art. 5º Acresce o art. 10A à Lei nº 17.422, de 2012, com a seguinte redação:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 10A. O descumprimento desta Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades, a serem aplicadas alternativamente ou cumulativamente:

I – advertência;

II – multa de 100 (cem) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná – UPF/PR

III – multa de 200 (cem) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná – UPF/PR, em caso de reincidência;

IV – apreensão dos animais ou do plantel;

V – interdição e inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VI – interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como de seus veículos;

VII – cassação da licença de funcionamento. (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga o §2º do art. 3º da Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012.

Curitiba, 4 de fevereiro de 2019.

RICARDO ARRUDA
Deputado Estadual



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CS
PR

JUSTIFICATIVA

A presente proposição, visa atualizar a Lei 17.422/2012, incluindo as disposições que regulam os comércios de animais e a inclusão de multa, no caso de descumprimento.

Não são raros os casos de estabelecimentos que auferindo maior lucro negligenciam os cuidados com os animais que comercializam, deixando-os em locais inadequados que não tem as condições para a sobrevivência de um ser vivo. Por diversas vezes, constatamos casos de animais vendidos em feiras e/ou exposições que apresentam sérios problemas de saúde e acabam morrendo.

A Constituição Federal de 1988 dispõe que é de competência comum aos Estados e à União legislar sobre a proteção a fauna, mais precisamente no artigo 23, inciso VII, senão vejamos:

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora.

Na mesma esteira, a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso VIII, confere competência concorrente para legislar sobre meio ambiente, vejamos:

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (grifo nosso)

Não se trata aqui de limitar o comércio de animais de estimação, mas sim definir regras que eles possam ter um tratamento digno. A aprovação do presente Projeto de Lei valorizará ainda mais aqueles estabelecimentos que prestem um serviço de qualidade, visto que tirará do mercado os que não tem qualquer preocupação e



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Of
16

cuidado com os animais e que visam apenas maior lucratividade sem lhes conferir o mínimo para a vida saudável.

Diversos estados e municípios do país tem editado leis que versam sobre a proteção do direito dos animais, e o Estado do Paraná, que sempre foi exemplo não pode deixar de fazê-lo.

Estando demonstrada a pertinência da matéria, bem como a permissão constitucional dada ao Estado para legislar sobre este tema, que visa apenas e tão somente definir regras de respeito aos animais de estimação.

E, por todas as razões aqui expostas, e por entender justificada a presente Proposição Legislativa, submeto aos Nobres Pares para apreciação e peço-lhes a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Lei 17422 - 18 de Dezembro de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8862 de 19 de Dezembro de 2012

Súmula: Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica vedado, no âmbito do Estado do Paraná, o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

Art. 2º Esta Lei institui o controle ético da população de cães e gatos no âmbito do Estado do Paraná, contemplando o seguinte:

I - identificação e registro;

II - esterilização;

III - adoção;

IV - controle de criadouros;

V - campanhas educativas em guarda responsável.

Art. 3º A identificação e registro consistem em procedimentos para se reconhecer o animal, sua origem e características, sejam eles cães ou gatos.

§ 1º As informações para identificação e registro do animal deverão ser fornecidas pelo seu responsável ou por quem o tutela quando se tratar de autoridades municipais.

§ 2º Caberá aos proprietários de criadouros a identificação e registro dos animais que estejam sob a sua responsabilidade.

§ 3º As informações a que se refere o § 1º deste artigo, constarão de banco de dados do órgão municipal responsável pelo controle ético da população de cães e gatos.

§ 4º As empresas que comercializam ou que venham a intermediar as adoções de cães e gatos, no âmbito do Estado do Paraná, deverão exigir no ato da compra ou da adoção, o preenchimento de termo de responsabilidade pela pessoa que se responsabilizará pelo animal, nos termos do Anexo Único desta Lei.

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo implicará em infração apurada pelo órgão de meio ambiente local, que deverá lavrar auto de infração, resguardados os preceitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art. 4º A esterilização deve ser autorizada pelo responsável pelo animal e se não for possível a identificação do responsável, a autorização será expedida pela autoridade máxima municipal responsável pelo controle ético da população de cães e gatos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

III - orientação técnica aos adotantes e ao público em geral para atitudes de guarda responsável de animais, visando atender às suas necessidades físicas, psicológicas e ambientais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias a partir da data de sua publicação.

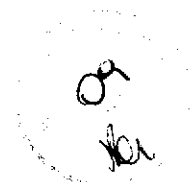
Palácio do Governo, em 18 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Jonel Nazareno Iurk
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

Luiz Eduardo Cheida
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Certifico que o presente expediente protocolado sob nº 99/2019 - DAP, em 4/2/2019, foi autuado nesta data como Projeto de Lei nº 15/2019.

Curitiba, 4 de fevereiro de 2019.

Danielle Requião

Informamos que revendo nossos registros, em busca preliminar, constatamos que o presente projeto:

- ☐ guarda similitude com _____
- ☐ guarda similitude com a(s) proposição(ões) em trâmite _____
- ☐ guarda similitude com a(s) proposição(ões) arquivada(s) _____
- ☒ não possui similar nesta Casa.
- ☒ dispõe sobre matéria que sofreu rejeição na presente Sessão Legislativa.

Danielle Requião

1- Ciente.

2- Encaminhe-se: ☐ à Comissão de Constituição e Justiça.
☒ ao Núcleo de Apoio Legislativo.

Curitiba, 5 de fevereiro de 2019.

Dyllhard Alessi
Diretor Legislativo




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO

Certifico que a Nota Técnica ao Projeto de Lei nº 15/2019, protocolada sob o nº 99/2019-DAP, foi acolhida integralmente pelo Excelentíssimo Deputado Ricardo Arruda, tendo apresentado novo texto da proposição em substituição ao texto original, nos termos do § 4º do Art. 156 do Regimento Interno.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2019.


Shadea El-Kouba Gomes
Analista Legislativa
OAB/PR 50.784



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

O Projeto de Lei original foi substituído pela redação elaborada pelo Núcleo de Apoio Legislativo, nos termos do § 4º do art. 156 do Regimento Interno.

A proposição original foi arquivada nesta Diretoria.
Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2019.



Dyllardi Alessi
Diretor Legislativo